Reunião extraordinária nº 2

Data: 21/04/2025

Horário: 16h às 17h30

Local: Videochamada no *Google Meet*

Participantes: COMPIR (conforme lista de presença); Coordenadoria de Igualdade Racial e Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca (Unesp-Araraquara).

Em função da demanda percebida na reunião extraordinária do dia dezessete de abril de dois mil e vinte e cinco referente à formação e orientação técnica para subsidiar o processo de instituição da Coordenadoria da Igualdade Racial (e de Gênero) no município, Conselheira Joseni da Silva Cunha estabeleceu contato com o Prof. Dr. Dagoberto J. Fonseca (docente associado do departamento de ciência sociais, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, câmpus de Araraquara) a fim de verificar a possibilidade de agenda. Extraordinariamente, Prof. Dagoberto disponibilizou agenda no dia e horário referenciados acima.

Contribuições feitas pelo Prof. Dagoberto no contexto desta reunião:

- Organograma: para o escopo de ação de uma Coordenadoria Municipal, o mais favorável é que esteja subordinada diretamente ao Gabinete do Prefeito, do que a uma Secretaria Municipal, pois neste último cenário, as pautas da Coordenadoria precisarão ser negociadas sob os termos das pautas e interesses em disputa na secretaria em questão. Ou seja, atuando via Gabinete do Prefeito, a Coordenadoria terá mais espaço de manobra para articular as diferentes dimensões implicadas nas pautas racial e de gênero considerando as diferentes dimensões que as compõem, o que requer os esforços e ações síncronos das várias secretarias municipais [reflexão posterior ao encontro: além disso, atuar em nível estratégico junto ao gabinete, sem estar submetida às pautas de uma determinada secretaria, favorece o aumento do estatuto institucional da Coordenadoria, criando condições para sua futura conversão em Secretaria Municipal];
- Autonomia dos órgãos Conselho e Coordenadoria: como pensar a articulação dos dois órgãos na construção das políticas públicas municipais em prol da igualdade racial e de gênero? Ou seja, há que pensar a melhor gestão na articulação da atuação dos dois órgãos a fim de que ambos mantenham independência naquilo em que suas atribuições se afastam (a Coordenadoria enquanto órgão articulador da execução das políticas públicas do governo nas pautas racial e de gênero; e o Conselho enquanto

órgão cuja atribuição consultiva não exclui, e até requer, momentos de atuação fiscalizadora do e formuladora de proposições a serem negociadas com o poder público);

- A formação requerida pela Coordenadoria se dá em dois âmbitos: a) enquanto construção da estrutura institucional da Coordenadoria e sua inserção junto à estrutura já existente; b) formação para a pauta das duas pastas (dentro das temáticas da igualdade racial e de gênero). O Professor também pontuou a necessidade de que as pautas colocadas em nível municipal estejam vinculadas às pautas raciais e de gênero que hoje se colocam ao debate nos âmbitos nacional e mundial (especificamente sobre a questão racial, indicou as pautas da ONU referente à reparação histórica e à conexão com e afirmação da ancestralidade);
- Pontua que é necessário haver consultoria técnica de especialistas nessas duas áreas, questão racial e de gênero (no mínimo um em cada pauta), a fim de assessorar a Coordenadora da Igualdade Racial e de Gênero no município, além de também atuar 'em campo', na interlocução com as secretarias municipais, a câmara municipal, a sociedade civil organizada e demais esferas de poder. Entende também que a pessoa que estiver à frente da Coordenadoria precisa pensar e atuar na causa além dos próprios interesses pessoais e políticos, regendo o trabalho da equipe que a assessorar de modo a que as pautas sejam variáveis cuja presença conte nos atos do poder público de Indaiatuba;
- Sobre o escopo das ações da Coordenadoria: compreende que sua efetividade vai além da atuação como aparelho de Estado para denúncias de racismo ou de feminicídio. Pondera como necessário dialogar com Conselhos e Coordenadorias de outros municípios, estados e do governo federal. A Coordenadora Gê contextualizou Prof. Dagoberto sobre a interlocução que está construindo com Robson Pinheiro, atual Coordenador de Políticas para a População Negra da Secretaria de Justiça e Cidadania do estado de São Paulo. Em nível federal, Prof. Dagoberto indicou Marcilene Garcia Souza (Lena Gracia) como uma interlocução necessária junto ao Ministério da Igualdade Racial;
- Afirmou a importância de, mesmo que embrionariamente, definir o programa ou plataforma de gestão da Coordenadoria para ser colocado para o poder público e a população do município. Neste sentido, enfatizou a necessidade de fugir ao padrão de atuação em função de datas e eventos; contra isso, pondera como essencial a formulação de programas municipais para as questões racial e de gênero que sejam orgânicos e constantes nos atos do poder público, contemplando projetos menores e

até mesmo eventos pontuais destinados a trazer movimentação e atenção para a causa e, inclusive, visibilizar as ações da Prefeitura através do trabalho da Coordenadoria;

- Colaborando à construção em processo, o Professor sugeriu ações concretas que podem ser realizadas no contexto da Coordenadoria, a saber:
    - Cotas em concursos públicos com quantidade de vagas pensadas a partir dos dados oficiais do censo que podem ser implementadas de forma escalonada (por exemplo: se no município há uma população negra de 40%, numa determinada edição de concurso público, haver cotas de 20% das vagas, e crescer a porcentagem em outras edições). Neste sentido, é preciso que ou o município crie e qualifique a própria banca de heteroidentificação ou proceda à contratação de empresa qualificada para prestação desse serviço;
    - Reparação fiscal/tributária: contextualiza que a população negra é a que recebe menor renda e, contudo, paga tributos desproporcionais ao rendimento que tem acesso; com base nisso, sugere um programa ancorado no paradigma da economia solidária em que seja destinado recursos dos tributos municipais para subsidiar projetos de incentivo ao empreendedorismo da população negra indaiatubana (detalhou a ideia explicando que um programa assim pode comportar uma diversidade de projetos cujos editais públicos sejam segmentados para diferentes frações da população negra residente no município, como jovens negros, mulheres negras, homens negros, idosos negros, entre outras possibilidades e composições). Neste sentido, sugeriu um projeto conforme tal programa de economia solidária que estabelecesse a interface entre turismo, cultura e história, de modo a evidenciar e reconstruir a memória negra de Indaiatuba (por exemplo, quais são as ruas e praças, espaços de indaiatuba que foram nomeados em homenagem a pessoas negras?); citou como exemplo um projeto assim que ocorre no município de Franca/SP. A partir disto, Coordenadora Gê mencionou a ideia de uma feira da beleza preta, projeto que Prof. Dagoberto ponderou como coerente com o espírito de suas considerações, e também indicou entidades como SEBRAE como parceiros possíveis para viabilizar projetos assim;
    - Cuidar da saúde da população negra, pois são aproximadamente 10 doenças que acometem esse público e que requer política pública para garantir Direito ao tratamento, acolhimento e qualidade de vida;
    - Criar arco de aliança com todos os equipamentos que podem lutar pela causa:

OAB, Defensoria Pública, Procuradoria, o poder Judiciário no contexto da pauta dos Direitos Humanos;

- Para a Conferência Municipal que iniciará o processo de construção do Plano Municipal da Igualdade Racial, sugeriu: a) dar visibilidade às ações passadas pela elaboração e apresentação de um dossiê o mais detalhado possível com as ações do município em prol da igualdade racial que constituíram as condições que possibilitaram a instituição da Coordenadoria; b) apresentação do que se coloca ou propõe para ser feito na questão racial no município nos próximos quatro anos de governo, comunicação esta que deve ser feita explicitando sua relevância para a vida concreta da população e especificando como as estratégias e ações propostas e planificadas se conectam com as atribuições de cada secretaria municipal e com a câmara municipal. Trata-se então de convidar à reflexão conjunta de como as práticas institucionalizadas no cotidiano das secretarias impactam e corroboram para perpetuar a desigualdade racial e, inversamente, construir caminhos para que elas possam assumir uma atitude de parceria, instituindo práticas para a realização da igualdade racial no município;

- De forma a conectar as dimensões teórica e prática, Prof. Dagoberto ponderou que a instituição de uma Coordenadoria Municipal como que está em pauta em Indaiatuba requer um processo de formação que precisa atravessar todas as esferas do poder público, conectando as pontas Prefeito-População (ao relatar sua experiência em processo assim na cidade de Araraquara, mencionou que a porcentagem de servidores que foram afetados foi de 80% entre os de carreira e 20% entre os de confiança/comissionados; mencionou também que as temáticas racial e de gênero implica especificar protocolos e fluxo ação para questões variadas como assédio sexual, assédio moral, calúnia, difamação, entre outras, a fim de evitar banalização do racismo e da desigualdade de gênero).

  Por fim, o Professor ponderou como imperativo à Coordenadora Gê frequentar todos os gabinetes das secretarias e dos vereadores do município para construir o órgão, pois assevera que o termo das ações da Coordenadoria será subsidiário do posicionamento do poder público municipal em relação aos direitos humanos; por isso a importância de conectar o tratamento da pauta na realidade local com o que se tem discutido e realizado em nível de país e mundo, o que não se faz sem interlocução fina com a população e os diferentes atores do poder público. Ou seja, como Indaiatuba se

coloca, nos discursos e nas práticas institucionais, frente às questões implicadas pelos direitos humanos? Qual posicionamento Indaiatuba tem frente à políticas voltadas para a reparação e a restituição da ancestralidade?

Presenças

Representantes do COMPIR

Comunidade Negra de Indaiatuba – Joseni da Silva Cunha

Secretaria de Educação – William Wolf E. P. Vieira

Representante do Gabinete do Prefeito

Coordenadora Municipal de Igualdade Racial – Geneilce Marques de Oliveira

Indaiatuba, 23 de abril de 2025.